

# **Desafios para a formação política de jovens no projeto "Parlamento Jovem de Minas" a partir de uma metodologia em rede**

Alexandre Eustáquio Teixeira<sup>1</sup>  
Karina Junqueira Barbosa<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta reflexões sobre alguns desafios e dilemas encontrados na gestão de um projeto de extensão, idealizado e coordenado pela PUC Minas e pela ALMG, orientado para a formação política de jovens secundaristas mineiros - o Parlamento Jovem de Minas. Esse projeto, que se encontra em sua 13ª edição em 2016, tem desenvolvido atividades em 43 municípios, em 12 diferentes regiões do Estado, por meio de uma "rede de formação política e cidadã", composta por diferentes instituições e atores. O principal objetivo é possibilitar que as atividades fins do projeto sejam alcançadas com qualidade, ou seja, ofertar meios de potencializar a formação política de jovens do ensino médio, de escolas públicas e privadas do estado, para o exercício da democracia e da cidadania, de maneira autônoma, através de atividades que não sejam apenas simulação de práticas legislativas. Os dilemas e desafios apresentados nesse artigo decorrem da complexidade dos processos de planejamento, formação, gestão, monitoramento e avaliação das atividades dessa rede, criada a partir da demanda para o ingresso de um maior número de participantes em diferentes localidades.

**Palavras-chave:** Democracia. Cidadania. Formação Política. Juventude. Poder legislativo.

## **Challenges for political education of youth in the "Young Parliament of Minas" project from a network methodology**

### **ABSTRACT**

This paper presents reflections on some challenges and dilemmas encountered in the management of an extension project, idealized and coordinated by PUC Minas and the ALMG, oriented to the political education of young secondary students - the Young Parliament of Minas Gerais. This project, in its 13th edition in 2016, has developed activities in 43 municipalities in 12 different regions of the state, through a "network of political and citizen education", composed of different institutions and actors. The main objective is to enable the project activities to be achieved with quality, that is, to offer means to enhance political education among high school youths, from public and private schools of the state, for the autonomous exercise of democracy citizenship through activities that are not mere simulation of legislative practices. The dilemmas and challenges presented in this paper derive from the complexity of the planning, training, management, monitoring, and evaluation processes of the activities in this network, created from the demand for the entry of a greater number of participants in different localities.

**Keywords:** Democracy. Citizenship. Political education. Youth. Legislative Power.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais (PUC Minas). Professor Adjunto IV do departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Núcleo de Políticas Sociais e Urbanas da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas. Coordenador do Projeto de Extensão Parlamento Jovem Minas, pela PUC Minas. E-mail: aeteixeira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora Adjunta IV do departamento de Ciências Sociais na PUC Minas. Coordenadora do Projeto de Extensão Parlamento Jovem de Minas, pela PUC Minas. E-mail: karinajunqueira@pucminas.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, a democracia se consolidou a partir do princípio da representatividade, como decorrência, entre outros fatores, do grande número de cidadãos, do tamanho e complexidade das cidades, e da pluralidade de ideias:

Foi a invenção da representação que permitiu a vigência da democracia nas sociedades contemporâneas que são complexas e heterogêneas, compostas por milhões de pessoas e atravessadas por múltiplas clivagens e formas plurais de formação de identidades coletivas”. (DAHL citado por ANASTASIA e NUNES, 2006, p. 18).

O seu funcionamento pressupõe que os cidadãos, livres e conscientes de seus deveres na construção de sociedades mais justas e igualitárias, elejam representantes políticos para legislarem sobre assuntos de interesses coletivos, e administrarem os órgãos do Estado. Por isso, nas democracias contemporâneas, o exercício da participação se dá por meio de um sistema indireto ou representativo.

Portanto, a escolha dos representantes políticos pelos cidadãos é uma das condições necessárias para a existência e o bom funcionamento das democracias modernas. O voto direto, com igual valor para todos, é uma das principais formas de participação política. No modelo representativo o voto é o pressuposto fundamental para o exercício da cidadania. No entanto, apenas votar em eleições regulares tem-se mostrado insuficiente para o exercício pleno da democracia. É preciso que o eleitor esteja atento às ações de seus representantes. Neste sentido, a democracia demanda a participação constante dos cidadãos e o controle das ações dos representantes eleitos. Um regime de governo verdadeiramente democrático é aquele que ultrapassa o mero formalismo da lei e da ordem, e por meio do engajamento político dos seus cidadãos, promove a inclusão e a justiça social através da ampliação e da efetivação dos direitos. (TEIXEIRA; SOUZA, 2014).

A participação política ativa, um dos elementos-chave do conceito de cidadania, pode ser entendida como um tipo de ação social na qual o cidadão interage, na esfera pública, diretamente com outros indivíduos, grupos ou instituições, para pensar e agir sobre temas de interesse coletivo. Compreendem atividades dos mais diversos tipos, desde as mais simples, tais como acompanhar e discutir acontecimentos do cotidiano e os seus impactos na vida social, posicionando-se frente a eles com vistas a solucioná-los, até as mais engajadas, como associar-se em grupos, partidos políticos ou movimentos sociais para reivindicar demandas e direitos específicos ao Estado. Também há as atividades de controle social, que na esfera

política costumam ser relacionadas à obrigatoriedade dos agentes e instituições públicas de prestarem contas à sociedade civil de suas atividades, de forma transparente e intempestiva, prática conhecida como *accountability*.

Para o exercício mais qualificado da participação, necessário para uma democracia mais forte e efetiva, os cidadãos devem conhecer os seus direitos e deveres e o funcionamento das instituições políticas. Só assim, podem exercer com mais eficiência e efetividade o papel de ator político relevante nos rumos da vida pública. Por isso são necessárias ações sociais e políticas públicas de letramento político, que pode ser definido como “processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e o aprimoramento da democracia” (COSSON, 2010; p. 195). Como a cidadania não é uma condição natural, o letramento político deve existir para propiciar os meios para que os cidadãos possam se apropriar, efetivamente, do seu lugar dentro de uma comunidade política, de forma criativa, crítica e autônoma.

O projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ de Minas) foi criado com o objetivo de desenvolver ações de formação política para jovens estudantes do ensino médio, de escolas públicas e privadas mineiras. Para a PUC Minas, é um projeto de extensão universitária vinculado ao Instituto de Ciências Sociais (ICS), que congrega professores e extensionistas dos cursos graduação de Ciências Sociais, Serviço Social, Relações Internacionais e Direito. E como tal, está alinhado à missão da Universidade, à sua Política de Extensão Universitária (PUC Minas 2006), ao Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão (PUC Minas, 2015), e ao Projeto Acadêmico do Instituto de Ciências Social (PUC Minas, 2013), e se caracteriza por ser um espaço para a formação humana, política, ética, acadêmica e profissional para extensionistas e docentes implicados, fator de dinamização do ensino e da pesquisa (que a ele se integram organicamente), por meio de ações dialógicas de transformação com outros setores da vida social.

Trata-se de um projeto considerado pioneiro na adoção de ações de formação política que não implicam atividades de simulação, tais como as observadas em outros projetos do tipo “Câmaras Mirins” ou “Câmaras Jovens”. Ao contrário dessas experiências, os jovens participantes do PJ de Minas atuam como cidadãos, e não como “vereadores mirins / jovens”. Dessa forma, se debruçam a cada edição sobre uma temática do seu interesse, e de relevância social, para, ao final de um processo de formação e debates, elaborar e encaminhar proposições de ação às casas legislativas (municipais e estadual), por meio de Comissões de Participação Popular. O projeto existe desde 2004 e é objeto de avaliação permanente, tanto do ponto de vista dos seus processos, quanto dos seus fins, o que induziu ao longo da sua

história a importantes reelaborações conceituais e metodológicas, que culminaram em seu desenho atual. A edição de 2016 do PJ de Minas guarda pouca semelhança com o formato da primeira edição, por ter diversificado e ampliado as suas atividades, se fazendo presente atualmente em 43 municípios.<sup>3</sup>

Esse artigo apresenta uma primeira reflexão sobre os desafios de uma metodologia de trabalho, voltada para a gestão e a formação do que tem sido denominado pela equipe de coordenação do projeto, de uma “rede de formação política e cidadã”, que abarca, na atual edição as seguintes instituições e segmentos: a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), 43 Câmaras Municipais parceiras, 163 escolas de ensino médio e diversos outros tipos de instituições e apoiadores locais. Estas instituições compõem os nós principais dessa rede, que se organiza em três níveis, com um desenho misto (centralizado e descentralizado), cuja complexidade e desdobramentos para a ação de formação dos jovens participantes comporão o corpo dessa análise.

## **2 A CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE DE FORMAÇÃO CIDADÃ**

O PJ de Minas foi concebido a partir da experiência do Projeto Parlamento Jovem Belo Horizonte (PPJBH), criado em 2004 e que durou com essa denominação até o ano de 2010. Era um projeto circunscrito apenas ao município Belo Horizonte (MG), fruto de uma parceria firmada à época entre o Curso de Ciências Sociais, da PUC Minas, e a Escola do Legislativo da Assembleia, da ALMG. A parceria foi viabilizada por meio de um programa educativo denominado “Conexão Assembleia”, direcionado às instituições mineiras de ensino superior, com o objetivo de contribuir para a formação política e cidadã dos estudantes universitários de Minas Gerais.

Na primeira edição do projeto, a sua concepção, estrutura e funcionamento foi muito similar ao de outros projetos de formação política que na época já eram desenvolvidos por algumas Câmaras Municipais e Assembleias estaduais, e que priorizavam o estudo e o debate

---

<sup>3</sup> Da atual edição do projeto participam 43 municípios de 12 diferentes regiões do estado, dos mais diferentes portes e características, são eles: Belo Horizonte, Cambuí, Capelinha, Carvalhópolis, Conceição das Alagoas, Divinópolis, Extrema, Guaxupé, Itabira, Itajubá, Itamarandiba, Iturama, Janaúba, João Monlevade, João Pinheiro, Juiz de Fora, Leopoldina, Machado, Matias Barbosa, Montes Claros, Monte Sião, Nova Serrana, Ouro Fino, Ouro Preto, Pará de Minas, Paula Cândido, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Rio Preto, Santana da Vargem, Santa Rita de Caldas, Santos Dumont, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Três Pontas, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

de temas no modelo de simulação da atividade parlamentar. Nesse tipo de projeto, os estudantes assumem, simbolicamente, o papel de vereadores e deputados, sendo muitas vezes denominados como vereadores/deputados “mirins”, “juvenis” ou “jovens”. Nesse papel desempenham comportamentos e adotam performances orientadas pelos padrões e protocolos comuns à atividade parlamentar. Esse tipo de projeto de formação política, ainda muito comum em dezenas de casas legislativas municipais e estaduais na atualidade, tais como o Parlamento Jovem Paulista e o Carioca, quando implementado, em 2004, em Minas Gerais, era considerado um avanço se comparado às visitas guiadas às casas legislativas - demasiadamente simplórias do ponto de vista das diversas dimensões necessárias para uma boa formação para a cidadania.

Entretanto, após a realização das atividades em 2004, a coordenação do PJ de Minas propôs uma profunda reformulação na sua concepção e na sua metodologia. Inspirado no modelo dos seminários legislativos, modalidade de participação cidadã prevista na Constituição do Estado de Minas Gerais, a edição de 2005 foi realizada com a participação dos estudantes não mais como simulacro da atuação de um deputado estadual, mas como membros da sociedade civil. Para tanto, receberam uma formação diversificada, por meio de métodos mais dialógicos e abertos, tais como, oficinas, rodas de conversa, visitas técnicas, etc., sobre política, estado e cidadania, e sobre um tema específico escolhido por eles para essa edição.<sup>4</sup> De posse desses conhecimentos, foram orientados e instigados a debater, elaborar e deliberar sobre proposições de ação ao legislativo mineiro, sobre o tema em questão. Esse processo culminou na realização de uma Plenária Final, na sede da ALMG, em Belo Horizonte (MG), na qual houve a aprovação de um documento com as propostas aprovadas, que foi encaminhado à Comissão de Participação Popular (CCP), para apreciação formal. Os resultados do trabalho, para além da sua efetividade enquanto processo de formação política dos que a vivenciam, como não é atividade de simulação, também produz desdobramentos reais, tais como: pedidos de esclarecimentos, ações de fiscalização, encaminhamentos de projetos de lei, emendas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), etc.

---

<sup>4</sup> A escolha do tema, feita pelos estudantes participantes do projeto, é orientada por alguns critérios: interesse e relevância social, possibilidade de proposição de ações que são de competência estadual e cuja complexidade permita o processo formativo de qualidade no tempo de cada edição: 12 meses. A cada edição, o tema é dividido em 3 subtemas como forma de organizar o seu estudo, e orientar as discussões, elaboração de propostas e deliberações nos grupos de trabalho e plenárias, sendo um expediente comum em seminários legislativos e fóruns técnicos desenvolvidos pela ALMG. A lista completa dos temas pode ser consultada no site do projeto em: [http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento\\_jovem/](http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/)

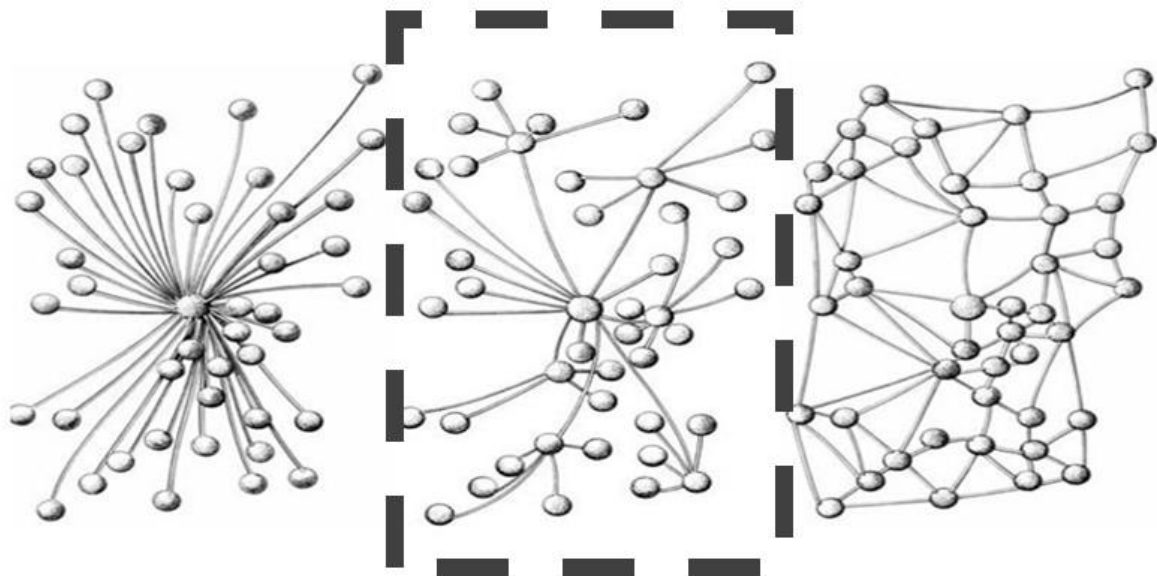
Esse “salto” metodológico garantiu ao projeto um lugar de destaque frente aos demais projetos de formação política existentes em outras casas legislativas, que ainda mantinham a simulação como marca. Em 2010, com a maturidade da metodologia desenvolvida, e a demanda de participação de estudantes de outros municípios, fora da capital, o projeto foi “estadualizado”. A estadualização implicou uma alteração profunda no desenho dos processos de planejamento, de gestão, de implementação e de avaliação das ações de formação política e temáticas, tanto para os coordenadores, quanto para os monitores e os estudantes do ensino médio, já que não havia a possibilidade de as equipes da PUC Minas e da ALMG as conduzirem diretamente no interior, em diferentes localidades, simultaneamente. A estadualização do projeto implicou a criação do que tem sido denominado como “rede de formação política e cidadã”.

Se uma rede é, como aponta Castells (1999), um conjunto de nós interconectados, a rede de formação política e cidadã do PJ de Minas foi constituída, nesse momento, dos seguintes nós: a) coordenação estadual – ALMG e PUC Minas; b) Câmaras municipais – com seus parceiros e apoiadores locais os mais diversos: escolas de ensino médio, instituições de ensino superior, poder executivo, entidades de classe, sindicatos, ONGs, igrejas, associação de moradores, etc. A opção em estabelecer o vínculo para o desenvolvimento das atividades no interior por meio das Câmaras Municipais foi uma estratégia para tentar “abrir” essas casas legislativas para o desenvolvimento de atividades de formação política, por meio de atividades diretas de experimentação e de cidadania por parte dos estudantes, de um espaço que, por direito e dever, todos os cidadãos deveriam conhecer e dele se apropriar.

A constituição dessa rede implicou a criação de novos processos de trabalho em grupo, com a definição de atribuições e obrigações diferenciadas para os seus diferentes nós, já que se tratava de uma rede mista (porque a mescla de um modelo centralizado e um descentralizado), através de processos mais colaborativos e participativos de trabalho entre seus diversos atores. (Ver figura 1)

Também implicou a criação de etapas de estudo, debate e deliberação nos diversos municípios que passaram a integrar o projeto, que passaram a ser denominadas Plenárias Municipais, anteriores à plenária final, que passou a ser denominada Plenária Estadual. Esse desenho, com diferentes níveis de discussão e deliberação, é comum em processos que envolvem uma grande quantidade de participantes e opiniões, em múltiplos espaços e em diferentes tempos. Ele permite equilibrar, de maneira razoável, a demanda para a acomodação de um maior número de participantes, sem prejuízos à participação direta destes em algumas etapas importantes do projeto, como as de debate e deliberação.

**Figura 1: Esquema sobre tipos de rede: Centralizada, Mista e Descentralizada.  
Em destaque o tipo de rede do PJ de Minas.**



**Fonte: Adaptado de Paul Baran**

Também cabe destacar que a entrada de novos “atores” no projeto – coordenadores, monitores e parceiros locais –, demandou o desenvolvimento um processo de formação específico já que eles passaram a ser os responsáveis diretos pelas atividades formação dos estudantes integrantes do projeto no município. Nesse sentido, foram incorporados à dinâmica do projeto encontros para a formação presencial, e a distância (via plataforma de ensino a distância Moodle). Os objetivos dessas atividades eram fornecer subsídios para que esses “novos” atores pudessem compreender e alinhar os conhecimentos mínimos sobre o projeto, a sua metodologia, os seus fluxos e os seus princípios centrais, para que pudessem replicá-los na rede, a saber: a) Uma formação aberta ao diferentes perfis de jovens estudantes (classe, gênero, cor, etc); b) Emprego de metodologias de formação mais dinâmicas (oficinas, visitas, atividades de pesquisa, rodas de conversa, etc); c) Formação apartidária (não ideologicamente

orientada por diretrizes partidárias, apesar de incluir o partidarismo como elemento para o debate e a formação política); d) Uma formação que priorize o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo juvenis.<sup>5</sup>

Com a estadualização do projeto em 2010 foi possível acolher a participação de um grupo maior de municípios, e conseqüentemente, de escolas, monitores e estudantes, “saltando” de 1 município para 12 nesse ano. Entretanto, em 2013, com 18 participantes, uma nova alteração no desenho e na metodologia do projeto foi necessária. Esta foi impulsionada pelo interesse de novos municípios em integrarem a rede e as atividades, associado à impossibilidade em acolher, na etapa estadual, um número muito grande de participantes (por questões logísticas e de elevação dos custos financeiros), somado a uma escolha da ALMG e da PUC Minas em não adotar nenhum sistema de rodízio para os municípios veteranos.

Nesse ano foi incorporada uma etapa intermediária, entre as Plenárias Municipais e a Plenária Estadual, com a realização de Plenárias Regionais. A ideia foi criar um nível intermediário não apenas de debate e de deliberação, que replicasse a dinâmica da Plenária Estadual, para oportunizar ao maior número possível de jovens incorporados ao projeto esse tipo de vivência, mas também um nível intermediário de gestão, no qual Câmaras Municipais assumiriam em sistema de corresponsabilidade o papel de “coordenações regionais”, com algumas atribuições que antes eram exclusivas da coordenação estadual. Mais do que um aprofundamento de estruturas de gestão, que poderiam ser interpretadas como meramente burocráticas, a ideia foi ampliar a capilaridade da rede, por meio do fortalecimento de alguns dos seus nós, e a sua potencialidade enquanto replicadores regionais dos processos e metodologias já aprendidas nas edições anteriores.

A implementação do que ficou conhecida como “regionalização”, a princípio, não foi muito bem recebida pelas câmaras que foram convidadas a assumir o papel de coordenação regional. As principais críticas e questionamentos, muitos deles razoáveis e plausíveis, derivaram de dificuldades em incorporar novas atribuições e responsabilidades, sem haver um incremento por parte das câmaras de recursos humanos, financeiros e de tempo. Em 2014,

---

<sup>5</sup> Muitas outras alterações foram sendo somadas a essas iniciais, tal como a realização de visitas técnicas para formação, monitoramento e avaliação do projeto nos municípios integrantes da rede, visitas estas que foram incorporadas à metodologia do trabalho a partir de 2012, e que foram importantes para a manutenção de uma certa coesão dessa rede, tendo em vista o longo período de duração de cada projeto de aproximadamente 12 meses. Também foi criado, em 2015, um espaço virtual no *moodle* (denominado como *moodle-gestão*), para o compartilhamento de documentos de referência do projeto, experiências bem sucedidas e informações de monitoramento das atividades desenvolvidas nos municípios, de acordo com o cronograma de atividades previamente estabelecido, etc.

Outras informações sobre a história e as alterações na metodologia do projeto, assim como outros dados e informações de todas as edições, desde 2004, podem ser obtidas no site do projeto, no portal da ALMG em: [http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento\\_jovem/](http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/)



após um ano da sua implementação, apesar de algumas críticas e dificuldades persistentes, pode-se afirmar que o papel e o trabalho das coordenações regionais foram sendo mais bem incorporados pelos diversos nós da rede de formação política e cidadã, com interessantes processos locais, em alguns casos, de transferência de conhecimentos e de práticas de gestão compartilhadas inovadoras na rede.

Entretanto, em 2016 a rede atingiu, sem sombra de dúvida, a sua maior dimensão, capilaridade e complexidade, fazendo ressurgir antigos dilemas e apresentando novos desafios. Apesar de não existirem dados consolidados precisos sobre a atual edição, que ainda está em curso, é possível uma breve da rede atualmente: há 43 câmaras municipais, 162 instituições de ensino médio, 86 coordenadores municipais, aproximadamente 120 monitores, 1350 estudantes, e uma centena de apoiadores a parceiros locais (faculdades, ONGS, entidades de classe, secretarias dos poderes executivos locais, etc.).

Os principais dilemas e desafios que estão aflorando dizem respeito ao processo de gestão, formação e avaliação de uma estrutura tão complexa, de maneira a garantir que o projeto atinja o seu principal objetivo: a formação política de qualidade dos secundaristas participantes, segundo os princípios já elencados. Os dilemas têm decorrido, sobretudo, de dois fatores: a) conflitos (esperados) na gestão de um projeto de formação política que se baseia em parcerias com instituições de representação política; b) o trabalho das coordenações municipais e regionais, que é desempenhado por profissionais dos mais diferentes perfis e que, a despeito dos interesses e motivações pessoais, não têm, muitas vezes, as condições ideais para a consecução das atividades fim do projeto (recursos humanos, financeiros e tempo) e autonomia para geri-lo e implementá-lo. Nesse sentido, têm sido observados, durante as visitas técnicas e por meio das atividades de monitoramento em diferentes localidades, relatos de dificuldades causados pela redução do quadro funcional e de recursos financeiros destinados ao projeto, devido à queda da arrecadação municipal nos últimos anos, assim como as incertezas produzidas por ingerências políticas, seja por mudanças nas mesas diretoras das Câmaras, seja pela aproximação dos pleitos municipais em outubro desse ano.

Já os desafios decorrem das dificuldades da implementação de novos processos de gestão e de formação, em uma rede cada vez mais ampla e diversa, com um número cada vez mais expressivo de “calouros”, sendo os recursos da coordenação estadual também escassos. Nesse ano, em particular, algumas críticas mais explícitas têm surgido entre as coordenações de alguns municípios e polos em relação à atuação da coordenação estadual do projeto. As principais queixas dizem respeito ao que tem sido entendido como uma “excessiva verticalidade”, “distância” ou mesmo “autoritarismo” da coordenação estadual em relação aos

desafios e peculiaridades do projeto desenvolvido localmente. Tem sido reivindicada uma maior autonomia e liberdade em alguns processos que até então eram considerados, pela coordenação estadual, centrais para a unidade e o alcance dos fins do projeto, segundo os seus princípios. Por outro lado, também tem sido observada por parte de algumas coordenações locais uma incompreensão sobre a importância da sua própria formação política e temática, e do processo de formação monitores e dos estudantes, priorizando a organização de eventos pontuais de grande visibilidade local, tais como visitas técnicas e as plenárias municipais e regionais.

Será necessário, evidentemente, reavaliar ao final dessa edição os processos de gestão, formação, implementação e avaliação do projeto, sobretudo em suas etapas municipais e regionais, à luz das novas críticas apresentadas pelos parceiros, sobre a complexidade da rede e a sua forma de funcionamento, em um contexto de cenário social e econômico incerto e em um ano eleitoral (pleito municipal).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dos desafios e dos dilemas apresentados, resultado da expansão das ações e da complexidade da rede de formação política e cidadã do Parlamento Jovem de Minas, alguns estudos têm demonstrado a efetividade das ações de formação política, sobretudo no que se refere à aquisição de competências e conhecimentos sobre o tema, sobre a ressignificação da participação política e, em menor grau, do reconhecimento da importância dos meios de participação social existentes e das atividades de monitoramento do funcionamento das instituições políticas (FUKS e CASALECCHI, 2001; GONÇALVES, 2012; MEDEIROS e MARQUES, 2012; SAMPAIO e SIQUEIRA, 2013). Há que se repensar os processos de formação e gestão dessa rede, de maneira a implicar os seus diferentes atores para a incorporação e o reconhecimento efetivo dos princípios centrais do projeto e, quem sabe, promover novas alterações metodológicas para a edição de 2017, que possam fortalecer a educação para a cidadania e para a democracia enquanto prática e processo.

## REFERÊNCIAS

- ANASTASIA, Fátima. NUNES, Felipe. “A Reforma da representação”. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Org.) **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999. (vol.1)
- COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. Cadernos Adenauer XI. No. 3. **Educação política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel A. **Confiança e informação política: as bases cognitivas da mudança atitudinal dos participantes do Parlamento Jovem Mineiro**. Trabalho apresentado a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (ANPOCS), 2011.
- GONÇALVES, Guilherme Q. **O Parlamento Jovem como política pública: o impacto do projeto na confiança em instituições políticas e conhecimento político**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- MEDEIROS, Regina; MARQUES, Maria Elizabeth (Org.). **Educação Política da Juventude: a Experiência do Parlamento Jovem**. Belo Horizonte: Editora da PUC Minas, 2012.
- PUC Minas. Pró-reitoria de Extensão. **Política de Extensão**. PUC Minas, 2006. Disponível em: < [http://www.pucminas.br/documentos/politica\\_de\\_extensao.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf) >. Acesso em: 07 fev. 2017
- PUC Minas. Instituto de Ciências Sociais. **Projeto Acadêmico do Instituto de Ciências Sociais (2013-2016)**. PUC Minas, 2013. (datilo)
- PUC Minas. Pró-reitoria de Extensão. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão**. PUC Minas, 2015. Disponível em: < [http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20151009142046.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf) > Acesso em: 17 fev. 2017
- SAMPAIO, Thiago e SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública [online]**. 2013, vol.19, n.2, pp.380-402. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762013000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200006&lng=en&nrm=iso) >. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006>. Acesso em: 20 fev. 2017
- TEIXEIRA, Alexandre E.; SOUZA, Robson Sávio Reis. **A formação política no Parlamento Jovem de Minas**. Relatório de atividades da Escola do Legislativo. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 2014. p.21-26.